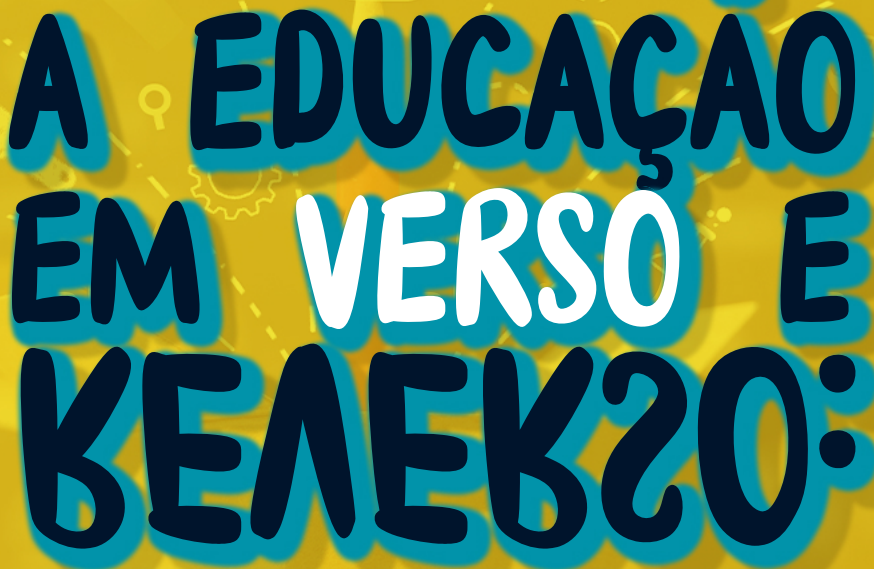


(ORGANIZADOR)

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA



A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

DOS APORTES NORMATIVOS
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS

(ORGANIZADOR)

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA



A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

**DOS APORTES NORMATIVOS
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS**

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

iStock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angéli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lillian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lillian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Prof. Me. Marcos Roberto Gregolin – Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembí Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Sullivan Pereira Dantas – Prefeitura Municipal de Fortaleza
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Universidade Estadual do Ceará
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

A educação em verso e reverso: dos aportes normativos aos aspectos operacionais

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Maiara Ferreira
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação em verso e reverso: dos aportes normativos aos aspectos operacionais / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-238-5

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.385210907>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos em 2020 pela pandemia do novo coronavírus. Nesse entremeio de suspensão de atividades e de distanciamento social, fomos levados a (re) pensar as nossas relações e a forma de ver o mundo. E é nesse lugar histórico de busca de respostas para as inúmeras problemáticas postas nesse período que estão os autores e autoras que compõe esse livro.

As discussões empreendidas neste livro, intitulado “***A Educação em Verso e Reverso: Dos Aportes Normativos aos Aspectos Operacionais***”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e (re) pensar da Educação, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam. Na direção do apontado anteriormente, é que professoras e professores pesquisadores, de diferentes instituições e países, voltam e ampliam o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade. É um desafio, portanto, aceito por muitas e muitos que fazem parte dessa obra.

Os autores e autoras que constroem essa obra são estudantes, professoras e professores pesquisadores, especialistas, mestres, mestradas, doutores ou doutoras que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores/autoras e discussões por eles e elas empreendidas, mobilizam-se também os leitores/leitoras e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e todas uma instigante e provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO


CAPÍTULO 1..... 1

EDUCAÇÃO NUMA PERSPECTIVA INTERCULTURAL E DECOLONIAL

José Rossicleiton de Freitas

Maria Mariana Ferreira Gonçalves


Iara Maria de Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3852109071>

CAPÍTULO 2..... 16

O CUIDADO EM NEL NODDINGS E A EDUCAÇÃO INFANTIL: POSSIBILIDADES DA VIVÊNCIA ÉTICA NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Clarissa Moraes de Araujo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3852109072>

CAPÍTULO 3..... 26


A LUDICIDADE NO ENSINO DE CIÊNCIAS: ANÁLISES DE MÉTODOS DESENVOLVIDOS EM SALAS DE AULA DO ENSINO FUNDAMENTAL II

Amanda Dalila Bezerra de Lins

Carla Linardi Mendes de Souza

Terezinha de Amariz Rodrigues

Bruna Daniele Mendes de Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3852109073>

CAPÍTULO 4..... 38

A OBSERVAÇÃO DE AULAS ENQUANTO PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOCENTE E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Angélica Nachiungue Marta Vidal


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3852109074>

CAPÍTULO 5..... 50

FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA EJA: NOVAS PERSPECTIVAS DE LEITURA

Nara Barreto Santos

Ana Paula Conceição


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3852109075>

CAPÍTULO 6..... 60

A INTERFERÊNCIA DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS DO 1º ANO

Maria Eduarda Padilha de Almeida

Sandra Regina Gardacho Pietrobon

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3852109076>


CAPÍTULO 7..... 76

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO ELEMENTO DE PARTICIPAÇÃO NA ESCOLA

Romario Ribeiro dos Praseres

Luciete Cardoso Pompeu

José Elielton Mendes Moraes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3852109077>

CAPÍTULO 8..... 87

EDUCAÇÃO MEDIADA PELO DIÁLOGO: CAMINHOS FREIREANOS


Patrícia Samilla Abreu Silva

Kátia Cristina Custódio Ferreira Brito

Ana Gabriela Ferreira Brito

Andressa Borges Xavier

Wesquisley Vidal de Santana


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3852109078>

CAPÍTULO 9..... 91

O ICMS DO AMANHÃ: A COTA PARTE COMO ESTRATÉGIA PARA O ENGAJAMENTO DOS MUNICÍPIOS DO AMAPÁ COM A MELHORIA DA EDUCAÇÃO

Eduardo Corrêa Tavares

Kátia Paulino dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3852109079>

CAPÍTULO 10..... 110

PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA NO IFRJ: META-AVALIAÇÃO BASEADA EM CRITÉRIOS FUNDAMENTAIS


Luci Hildenbrand

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38521090710>

CAPÍTULO 11..... 120

CULTURA TRADICIONAL DA INFÂNCIA ENQUANTO PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL E AS INICIATIVAS DE PRESERVAÇÃO E CULTIVO DO SEU REPERTÓRIO NO BRASIL, EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO

Lucilene Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38521090711>

CAPÍTULO 12..... 143


INTERLOCUÇÕES SOBRE A ESCOLA EMANCIPATÓRIA

Diniz Antonio de Sena Bastos

Camila Rodrigues Bastos

Karina Moraes Wanzeler

Luzia Beatriz Rodrigues Bastos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38521090712>

CAPÍTULO 13..... 154


PIBID: OFICINA DE MICROSCOPIA COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE IMPERATRIZ- MA

Fabio Neves Ribeiro

Adriana Santos Neves Ribeiro

Leonardo Hunaldo dos Santos

Virlane Kelly Lima Hunaldo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38521090713>

CAPÍTULO 14..... 160

PROPOSTA DE UM SISTEMA TUTOR INTELIGENTE CONSIDERANDO AS CARACTERÍSTICAS AFETIVAS E O CONHECIMENTO DO ESTUDANTE PARA A RECOMENDAÇÃO DE OBJETOS DE APRENDIZAGEM

Sara Luzia de Melo


Adilmar Coelho Dantas

Regis Michel dos Santos Souza

Daniel Leonardo de Souza Teixeira

Mislene Dalila da Silva

Luciano Vieira Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38521090714>

CAPÍTULO 15..... 172


SABERES DOCENTES NAS AÇÕES DE EXTENSÃO NA MODALIDADE A DISTÂNCIA (EAD)

Rafaela Celi Lima Figuerêdo

Cassandra Ribeiro Joye

Paulo Alexandre Rurato

Rui Leandro Maia


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38521090715>

CAPÍTULO 16..... 181

EDUCAÇÃO ASSISTIDA POR ANIMAIS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Simone Silveira da Silva

Helenara Plaszewski

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38521090716>


CAPÍTULO 17..... 201

A DIFÍCIL TAREFA DE ENSINAR MODELAGEM MATEMÁTICA

Gleison de Jesus Marinho Sodré

Raquel Soares do Rêgo Ferreira


Renato Borges Guerra

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38521090717>

CAPÍTULO 18.....214

OS IMPACTOS NEGATIVOS E OS ASPECTOS POSITIVOS DA PSICOMOTRICIDADE,
EM UMA ESCOLA DA ZONA CENTRO SUL DO MUNICÍPIO DE MANAUS


Andréia Raimunda de Oliveira da Costa
Biana Izaelque Ramos da Silva
Michael Rodrigues Rebello
Rebeca Moreira Candeira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38521090718>

CAPÍTULO 19.....242

O ESPAÇO DA CRECHE E A IDENTIDADE NEGRA EM BEBÊS E CRIANÇAS PEQUENAS


Aretusa Santos
Ana Rosa Costa Picanço Moreira
Letícia de Souza Duque

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38521090719>

CAPÍTULO 20.....255

DA PIRACEMA À FESTA DO MANDIM: UMA ESTRATÉGIA LOCAL PARA ATENDER A
PARTE DIVERSIFICADA DO CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO


Italva Miranda da Silva
Ricardo Francisco Waizbort

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38521090720>

CAPÍTULO 21.....264

LEITURA E ESCRITA DE GÊNEROS TEXTUAIS NA PERSPECTIVA DE PROFESSORES
DE UM CURSO DE PEDAGOGIA


Sophia Costa Nascimento
Luzia Bueno
Matheus Henrique da Paixão Mariano

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38521090721>

CAPÍTULO 22.....272

ESTUDO DE CASO DE UMA INOVAÇÃO PEDAGÓGICA EM EMPREENDEDORISMO –
“EMPREENDEDOR RESPONSÁVEL POR 1 DIA”


Teresa Costa
Luísa Carvalho


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38521090722>

CAPÍTULO 23.....284

POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO ENSINO MÉDIO: OS ESTUDOS DOS IMPACTOS DAS
POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO ESTADO PARAENSE EM ESCOLA PÚBLICA DOS
MUNICÍPIOS DE ABAETETUBA E MOJU

Rayana Barros da Silva
Fahid da Costa Kemil
Afonso Welliton de Sousa Nascimento

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38521090723>

CAPÍTULO 24.....	295
O QUE O PROJETO DE LEI ESCOLA “SEM” PARTIDO EXPRESSA E ESCAMOTEIA: ANÁLISE CRÍTICA DA LEI DA MORDAÇA	
Danielli Maria Neves da Silveira	
Dyeniffer Jessica Bezerra Parisoto	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.38521090724	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	308
ÍNDICE REMISSIVO.....	309

CAPÍTULO 11

CULTURA TRADICIONAL DA INFÂNCIA ENQUANTO PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL E AS INICIATIVAS DE PRESERVAÇÃO E CULTIVO DO SEU REPERTÓRIO NO BRASIL, EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO

Data de aceite: 01/07/2021

Lucilene Silva

Instituto de Artes - Universidade Estadual de
Campinas – Unicamp
Bolsa PDSE Universidade Nova de Lisboa

Seminário em Etnomusicologia – Teorizando o Patrimônio

RESUMO: Diante do significado e importância da cultura infantil e música tradicional da infância, da sua relação com cultura, da riqueza e diversidade do seu repertório e da sua função social, este trabalho apresenta como patrimônio material e imaterial e relaciona o crescente número de iniciativas de proteção ao seu repertório realizadas no Brasil nas últimas duas décadas com a supervalorização do patrimônio como um fenômeno global. Será pautado nas definições de patrimônio material e imaterial defendidas pela UNESCO, nas reflexões de Rodney Harrison sobre o patrimônio enquanto fenômeno global, em pesquisas de campo e bibliográficas realizadas entre 1998 e 2019 e nas publicações e plataformas implementadas pelo Ministério da Cultura brasileiro com o objetivo de mapear, salvaguardar bem como a plataforma do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, órgão responsável pela salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro.

PALAVRAS - CHAVE: Cultura infantil. Música tradicional da infância. Patrimônio Material.

Patrimônio Imaterial. Globalização.

Abstract: Childhood music, games and toys have always had a profound meaning and importance in Brazilian culture, due to its rich and diverse repertoire, and its social function. This work presents Brazilian traditional children's music and games as material and immaterial heritage and relates the growing number of protective initiatives of this traditional repertoire carried out in Brazil in the last two decades. Robert Harrison defends that the phenomenon of globalisation has caused a general increase in the concern with the loss of local traditions, and a thus a need for recognition and overvaluation of this heritage as a global phenomenon. This article is based on the definitions of material and intangible heritage defended by UNESCO, the reflections of Rodney Harrison regarding the protection of local cultural traditions as a global phenomenon, as well as the field and in publications and platforms implemented by the Brazilian Ministry of Culture, and the National Historical and Artistic Heritage Institute - Iphan, the body responsible for safeguarding the Brazilian cultural heritage.

KEYWORDS: Children's culture. Traditional childhood music. Material Heritage. Intangible Heritage. Globalization.

1 | INTRODUÇÃO

Globalização e transnacionalismo são responsáveis por novas preocupações com a diversificação e disseminação global do patrimônio no final do século XX e início

do século XXI, período, segundo Rodney Harrison (2013) cercado pelo sentimento de incerteza, vulnerabilidade ou “risco” com relação ao meio ambiente, ao patrimônio material e a aspectos intangíveis do patrimônio e da tradição. O medo da perda e do desaparecimento de elementos identitários e históricos, a rejeição à hegemonia e a preocupação com o futuro têm gerado um número cada vez mais crescente de catalogações, estudos e ações de preservação de patrimônios materiais e imateriais, além da organização de pessoas, grupos e instituições em favor desta causa. A UNESCO, agência especializada da ONU, tem um papel fundamental neste processo e desde 1954 vem desenvolvendo textos, tratados internacionais, recomendações e convenções que visam a sua proteção.

A palavra “risco” traduz “uma tentativa obsessiva da modernidade de transcender o presente, fixada no passado, assombrado pela ideia de declínio e decadência” (Harrison, 2013, p. 26). Dentro deste contexto a criança e a infância foram também incluídas na categoria de riscos e têm sido crescentes as preocupações relacionadas à preservação, disseminação e prática do repertório da cultura infantil e música tradicional da infância, à garantia do direito de brincar, à garantia de espaços, principalmente em ambientes de natureza, para o exercício deste direito e à relação das famílias com estas práticas.

A ONU, considerando que a sobrevivência, proteção e desenvolvimento das crianças são imperativos universais para o desenvolvimento, indispensáveis ao progresso humano, através do Fundo das Nações Unidas para a Infância, United Nations Childre’s Fund – UNICEF, criado em 1946 e presente em 190 países e territórios, vem realizando ações com o objetivo de promover a defesa dos direitos da criança, ajudar a dar resposta às suas necessidade e contribuir para o seu desenvolvimento através de projetos de proteção, sobrevivência e inclusão infantil, gênero, pesquisa e análise, abastecimento, logística e educação (UNICEF, 2019). Nos materiais produzidos ao longo dos anos de atividade da UNICEF, o direito de brincar aparece implícito em muitas campanhas, textos e matérias publicitárias produzidas pela mesma.

O Brasil, assim como o resto do mundo, vive um momento de questionamentos e mobilizações acerca dos cuidados com o planeta, com o meio ambiente, com o patrimônio material e imaterial e conseqüentemente com as pessoas, produtoras e guardiãs desses patrimônios. Possuidor de um grande e diversificado número de patrimônios tangíveis e intangíveis, a partir de 2003, assistimos a muitas mobilizações e ações em favor do registro, catalogação, cultivo, manutenção e valorização deste patrimônio, o que deu visibilidade à cultura popular e à cultura da infância. Passados dezesseis anos de implementação destas ações, os resultados deste processo incluem a criação de um mercado consumidor desta ideia de cuidar da infância e conseqüentemente do seu patrimônio material e imaterial.

A partir da discussão entre o conceito de patrimônio, da patrimonialização enquanto fenômeno global e da inclusão da cultura infantil dentro deste contexto, neste trabalho abordaremos: a disseminação global do patrimônio no final do século XX e início do século XXI; a Cultura da Infância enquanto Patrimônio material e imaterial; o porquê de sua

inclusão nas preocupações emergentes; as iniciativas de preservação e cultivo do seu repertório no Brasil em tempos de globalização; e os resultados destas iniciativas hoje.

21 DISSEMINAÇÃO GLOBAL DO PATRIMÔNIO NOS SÉCULOS XX E XXI – PREOCUPAÇÕES EMERGENTES

Segundo Janet Blake (2000), o patrimônio cultural vem sendo abordado desde 1907 e a partir de 1954 os textos e tratados internacionais mediados pela United Nations Educational Scientific and Cultural Organization – UNESCO, refletiram as preocupações econômicas, políticas, intelectuais e ambientais da época em que foram desenvolvidas, colocando a preservação do patrimônio como uma responsabilidade de ordem mundial, de responsabilidade do Estado e um elemento na reconciliação de conflitos. Uma série de campanhas específicas de salvaguarda vêm ocorrendo nas últimas duas décadas, o que sinaliza o senso de urgência de se discutir e tomar medidas com relação ao tema (Harrison, 2013):

1948 – Foi criada a União Internacional de Proteção da Natureza (IUCN);

1954 – A Convenção da UNESCO expressou o poderoso desejo pós-Segunda Guerra Mundial de reduzir potenciais fontes de conflito internacional;

1964- Foi feita a primeira Carta Internacional sobre a Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios durante o Segundo Congresso de Arquitetos e Especialistas de Edifícios Históricos de Veneza;

1965 - Foi criado pela UNESCO o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios para supervisionar a implementação da carta e foi realizada a “World Heritage Trust” para preservar áreas naturais e cênicas do mundo e sítios históricos;

1968 – A Recomendação da UNESCO sugeriu que a “propriedade cultural” tem um significado que se estende bem além dos objetos em si: “(...) o produto e testemunho das diferentes tradições e das realizações espirituais do passado e, portanto, é um elemento essencial na personalidade dos povos do mundo”. Sugere também que “a propriedade cultural” é o produto e testemunho das diferentes tradições e das realizações espirituais do passado;

1970 – Ocorreu a Convenção da UNESCO relativa às medidas a adotar, proibir e Impedir a Importação, exportação e transferências ilícitas da propriedade de bens culturais;

1972 – Ocorreu a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, cultural e natural. Esta convenção fez uma conexão entre cultura e natureza, refletiu tanto a crescente preocupação em questões ambientalistas em sua integração do patrimônio cultural com o patrimônio natural quanto o conceito de “patrimônio comum da humanidade” que se desenvolvia naquele momento em relação aos recursos minerais do leito do mar;

1976 – Ocorreu a Recomendação da UNESCO sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e da sua função na vida contemporânea;

1979 – A Convenção enfatizou o caráter não renovável do patrimônio cultural, mantendo a preocupação com o meio ambiente emergente na década de 1970;

– Ocorreu a Convenção para a proteção do patrimônio cultural subaquático;

2003 – Ocorreu a Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Folclore, considerando a importância do patrimônio cultural imaterial e da diversidade cultural para a garantia do desenvolvimento sustentável;

2005 – A Convenção trouxe para a pauta a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais;

2015 - Ocorre a Recomendação da UNESCO para a proteção e promoção dos museus e coleções(Harisson, 2013, p; 61, BLAKE, 2000, p. 61-69, UNESCO, 2019).

O Brasil segue a mesma tendência do mundo com relação às iniciativas em favor da preservação do patrimônio, e foi também afetado pelas convenções e recomendações da UNESCO. Cabe ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan proteger e promover os bens culturais do país, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras. O Iphan possui 27 Superintendências, uma em cada Unidade Federativa; 28 Escritórios Técnicos, a maioria deles localizados em cidades que são conjuntos urbanos tombados ¹, as chamadas Cidades Históricas. Responde também à conservação, salvaguarda e monitoramento dos bens culturais brasileiros inscritos na Lista do Patrimônio Mundial e na Lista o Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, conforme convenções da Unesco, respectivamente, a Convenção do Patrimônio Mundial de 1972 e a Convenção do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003 (Iphan, 2019). A cronologia abaixo nos conta um pouco deste processo:

1937 - Foi criado o Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que corresponde a uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cidadania, responsável pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro.

1988 - A Constituição Federal, através do Artigo 23º, Incisos III e IV determinou-se que “é de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural. ” A constituição de 1988 ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial e, também, ao estabelecer outras formas de preservação como o Registro e o Inventário, além do Tombamento. Substituiu a nomenclatura Patrimônio Histórico e Artístico, por Patrimônio Cultural Brasileiro. (Constituição, 2016, Iphan, 2019)

1990 – O Instituto do Patrimônio Histórico – IPHAN criou o Livro de Registros que

1 O tombamento é um ato administrativo regulado pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. É aplicado apenas aos bens materiais de interesse para a preservação da memória coletiva.

teve como objetivo inventariar os saberes, celebrações, formas de expressão e lugares.

1997 - Foi proposta a criação de um instrumento legal sobre a salvaguarda durante o Seminário Internacional Patrimônio Imaterial, que produziu a Carta de Fortaleza. Este documento recomendou ao Iphan a realização do inventário desses bens em âmbito nacional, a integração das informações produzidas ao Sistema Nacional de Informações Culturais (SNIC) e a criação, pelo Ministério da Cultura (MinC), de um grupo de trabalho para desenvolver estudos e propor a edição de um instrumento legal dispendo sobre a criação do instituto jurídico denominado Registro.

2000 - Atendendo a essas recomendações, em 1998, foi criado o Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial (GTPI). O Grupo de trabalho Patrimônio Imaterial apresentou a proposta técnica do Decreto Nº 3.551, de 4 de agosto, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) - e consolidou o Inventário Nacional de Referências Culturais (INCR), com o objetivo de viabilizar projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do patrimônio cultural.

2004 – Foi implantado o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, o PNPI, inaugurando o fomento às experiências de inventário com o Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular, executado pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), incorporado ao Iphan em 2004. Foi também criado o Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI).

2005 - A Emenda Constitucional Nº 48, incluiu na Constituição Federal o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do país que previu: a defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro, a produção, promoção e difusão de bens culturais, a formação de equipe qualificada para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões, a democratização do acesso aos bens de cultura, a valorização da diversidade étnica e regional;

2006 – Foi criado o Cadastro Nacional de Museus – CNM, que mapeou mais de 3.700 instituições museológicas no país;

2010 – Foi instituído Plano Nacional de Cultura – PNC 2010-2020, em conformidade com a Constituição Federal, o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), pelo Decreto nº. 7.387, de 9 de dezembro, utilizado para reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, ação e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira e o livro de registros do Patrimônio Cultural Patrimônio Imaterial pelo Decreto nº 3.551 de 4 de agosto, que contempla o registro dos saberes, das celebrações, das formas de expressão e lugares;

2011 – O Iphan estimulou e coordenou a elaboração do Planos de Ação para Cidades Históricas ente 2010 e 2011, assim como a criação da Associação Brasileira de Cidades Históricas (ABCH);

2012 – O Sistema Nacional de Cultura foi acrescido à Constituição Federal, cuja

finalidade foi organizar a gestão pública de cultura em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, para o desenvolvimento de políticas públicas de cultura;

2018 – Com participação da sociedade civil, a Política de Patrimônio Cultural Material (PPCM) foi instituída pela Portaria N° 375, de 19 de setembro de 2018 e consolidada pelo Iphan, como guia para ações e processos de identificação, reconhecimento, proteção, normatização, autorização, licenciamento, fiscalização, monitoramento, conservação, interpretação, promoção, difusão e educação patrimonial relacionados à dimensão material do Patrimônio Cultural Brasileiro (Iphan, 2019; Cultura, 2019).

A criação do Iphan em 1937 fez parte do projeto de unidade nacional, um dos mecanismos adotados pelo Estado Novo, vigente entre 1937 e 1946, para a reafirmação da nacionalidade e unificação do povo brasileiro, o que justifica o fato de termos tido neste período 31% dos bens tombados no Brasil até a atualidade. Nos anos que se seguiram este número continuou crescendo, chegando ao número de 1362 bens materiais tombados, além de 169 pedidos de tombamento em andamento e 136 indeferidos ou cancelados, o que totaliza a inscrição de 1667 bens tangíveis. (Iphan, 2019)

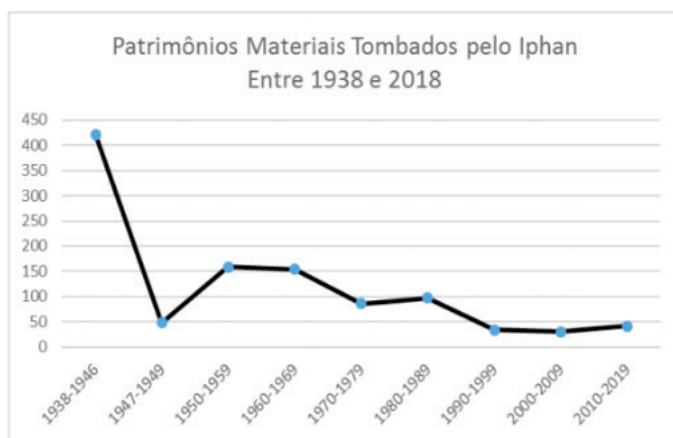


Figura 1. Patrimônios materiais tombados pelo Iphan entre 1938 e 2018. Gráfico elaborado a partir da lista de tombos e processos em andamentos disponibilizada pelo Iphan ²

Além do patrimônio material, entre 2003 e 2018 foram desenvolvidos projetos de identificação de bens culturais imateriais através dos quais foram levantados 133 patrimônios imateriais brasileiros de Norte a Sul do país. Deste total 35 foram reconhecidos pelo Iphan e 5 foram inclusos na lista da UNESCO: Círio de Nossa Senhora de Nazaré (2006), Samba de Roda do Recôncavo Baiano (2006), Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi (2008), Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira (2014), Frevo (2016).

² Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/BENS%20TOMBADOS%20E%20PROCESSOS%>



Fig. 2 – Identificação de Bens Culturais Imateriais no Brasil. Gráfico elaborado a partir de informações disponíveis no Portal do Iphan³

Dezenove bens compõem a lista indicativa do Patrimônio Mundial, dos quais catorze foram selecionados pela UNESCO.

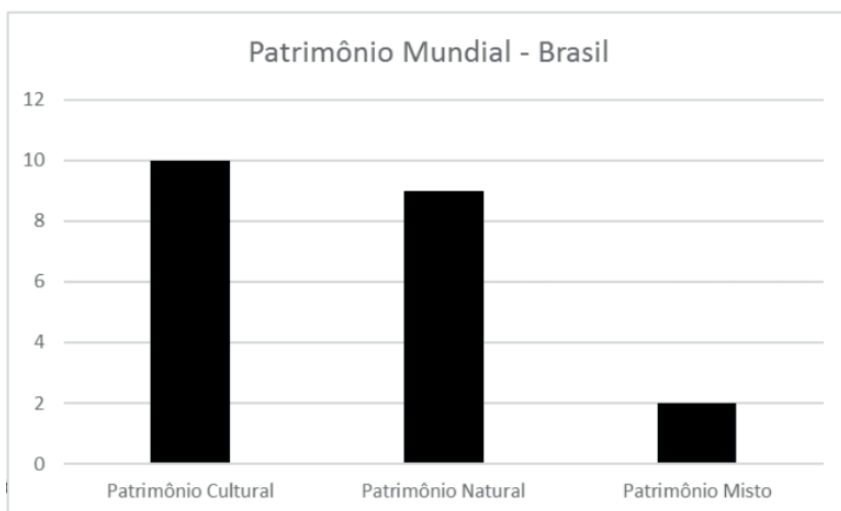


Fig. 3 – Patrimônio natural, cultural e Misto indicados à lista de Patrimônio Mundial da UNESCO. Gráfico elaborado a partir de informações do Iphan⁴

Todas estas iniciativas e números representam um grande empenho em favor da valorização do patrimônio material e imaterial brasileiro, o que confirma o fenômeno de valorização global do patrimônio no final do século XX e início do Século XXI defendido

³ Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/681/>

⁴ Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/29>.

por Harrison (2013) e outros autores. Eles apresentam a relação deste com uma série de fenômenos que marcam o fim do século XX chamado pós-modernidade, onde o acelerado processo de mudanças e a aceleração do tempo tornaram-se tônicas. Entre estes fenômenos podemos citar: “o crescimento de novas tecnologias comunicativas e mídia eletrônica, a globalização da tecnologia e sua associação com padrões alterados de produção e consumo, a experiência generalizada de migração em massa e a ascensão associada de fluxos transnacionais”(Harrison, 2013, p. 76). Isto é, a aceleração do tempo atrelada ao acúmulo e rapidez das novas descobertas tecnológicas e às formas mais flexíveis de acumulação e distribuição de capital, geram mudanças no comportamento social, aproximam o mundo virtualmente, facilitam e geram a migração e circulação das pessoas ao redor do planeta e mediam as manifestações artísticas e culturais das identidades híbridas, criando um distanciamento do passado e uma necessidade de compreender o presente(Harrison, 2013, p. 77-78, Augé, 1995, apud Harrison, 2013).

Tais fatores geram a sensação de risco e vulnerabilidade que mobilizam o mundo a olhar para patrimônio de outra forma. Este acúmulo de conhecimentos gerados pelas iniciativas e instrumentos utilizados pela UNESCO para discutir e gerir aspectos políticos, sociais, intelectuais e ambientais do patrimônio, ampliou o seu conceito, passando de uma definição restrita de elementos físicos selecionados de” alta cultura “para artefatos culturais muitas vezes mundanos que expressam a sociedade de forma mais geral, e até mesmo a elementos não materiais da cultura (Blake, 2000, p.64-72), o que foi referido por alguns autores como uma ampla “virada material”. (Hicks 2010; Joyce e Bennett 2010; Olsen 2010; Tilley et al. 2006, apud Harrison, 2013, p. 36). Esta “virada material” tem relação com um novo conceito de propriedade construído a partir de mudanças históricas que conduziram a outras relações entre o homem e as coisas materiais. Ambos passam a ser vistos “trabalhando juntos para recriar o passado no presente através de redes cotidianas de associação”(Harrison, 2013, p.37).

31 A CULTURA DA INFÂNCIA ENQUANTO PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL E O PORQUÊ DE SUA INCLUSÃO NAS PREOCUPAÇÕES EMERGENTES EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO

A cultura da infância é composta por um diversificado repertório de brincadeiras, músicas, jogos, histórias, parlendas e objetos-brinquedo transmitido de uma geração a outra. Ao mesmo tempo em que traz este caráter tradicional de transmissão oral, traz aspectos da contemporaneidade na medida em renova-se constantemente mantendo características que possibilitam o encontro entre passado e o presente. Contempla a diversidade cultural de cada localidade, somada à criatividade e inventividade características das crianças, que recriam o repertório adaptando-o às suas realidades, desejos e necessidades. Uma de suas características é a crescente organização de seus grupos populares, que preservam alguns

elementos tradicionais “porque são parcialmente apropriados às suas necessidades ou são particularmente satisfatórios esteticamente. Outros, no entanto, não atendem a essas necessidades, ou são alterados por causa de percepções infantis, fantasias, ambivalências, rebeldias, incompreensão ou criatividade”(Sutton-Smith, 1999, p. 18).

A partir do desejo de preservar os costumes da infância, que pareciam estar desaparecendo, entre o final do século XIX e início do século XX, as pesquisas relacionadas à cultura da infância tratavam os jogos como “reliquias antigas”, ou vestígios arqueológicos, que necessitavam ser preservados. Assim muitos antropólogos e outros pesquisadores direcionaram suas pesquisas para os jogos do passado de uma sociedade, o que os levou a usar os adultos como informantes (Schwartzman, 1982, p. 92). Alguns autores estabeleceram relações entre os jogos e reminiscências da cultura dos adultos e representações de diferentes aspectos das sociedades nas quais se desenvolveram ou se integraram. Segundo Orestes Plath (1998) muitos brinquedos e brincadeiras são reminiscências de antigos rituais mágicos e religiosos: as bonecas, no antigo Egito, Roma e Grécia, representaram figuras das divindades. Seu tamanho reduzido permitia transportá-las facilmente cada vez que o clã mudava de habitação. Também foram utilizadas como talismãs e símbolos, atribuindo-se a elas poderes, em especial da fertilidade. O balanço está relacionado a ritos religiosos, era uma cerimônia através da qual se libertavam as almas do purgatório. Como uma cerimônia de colheita, gregos e romanos acreditavam que quanto mais alto subisse o balanço, mais alto cresceria o arroz. A amarelinha, para alguns estudiosos, representa o progresso da alma desde a terra até o céu, já que o nome dado à última casa, “céu”, se refere ao paraíso. Outros consideram que sua origem está nas antigas práticas astrológicas: as doze casas correspondem aos doze signos do zodíaco e a pedra representa o sol. Um dos desenhos mais antigos que se conhece está gravado no chão do Fórum de Roma. O pião, a princípio, fez parte de um instrumento que se utilizava para obter fogo mediante a fricção de um eixo vertical, com uma madeira horizontal. O pião pequeno, acionado através da fricção dos dedos, denominado “piorra” no Brasil, era utilizado pelos magos para girar sobre os oráculos. As cinco pedrinhas, jogadas na Grécia antiga e Roma com ossos retirados das patas dos animais, astrágalos de carneiro, vêm de práticas divinatórias, como instrumentos de consulta aos deuses pelos sacerdotes. Nesses rituais, os astrágalos eram lançados ao acaso e, de acordo com a posição em que caíam, respondiam às perguntas feitas(Plath, 1998) ⁵.

Esta tendência de pesquisa da cultura infantil como “reliquia do passado” vem se modificando a partir de 1950 e as definições passaram muito mais a se relacionar com o seu caráter funcional, estético e sua relação com aspectos sociais a partir de pesquisas de campo realizadas diretamente com grupos infantis. O trabalho dos ingleses Peter e Iona Opie, correspondem a um marco na mudança da abordagem de coletar, interpretar e publicar a cultura infantil com a coleta de materiais tradicionais diretamente das crianças

⁵ Citado na dissertação de mestrado da autora (Silva, 2016, p. 25)

sem o filtro da memória adulta (Sutton-Smith, 1999, p. 14)

Jonh Blacking a partir de uma pesquisa realizada entre 1950 e 1960 apresentou no livro *Venda Children's Songs* um minucioso registro documental de canções da tradição da infância dos Venda e teceu um paralelo entre as características musicais deste repertório com aspectos sociais, culturais e musicais da localidade. Explorou o contexto no qual as músicas infantis foram criadas, a origem da história musical das canções, o que inclui fontes não musicais. Isto o permitiu melhor compreender as peculiaridades do repertório e afirmar sua relação com a cultura e música dos adultos (Blacking, 1995).

O termo Cultura infantil foi inaugurado no Brasil por Florestan Fernandes no livro *As Trocinhas do Bom Retiro*, onde realizou um estudo sociológico dos grupos infantis do bairro do Bom Retiro- SP. É definido por ele como:

(...) uma cultura constituída de elementos culturais quase exclusivos dos imaturos e característicos por sua natureza lúdica atual. Esses elementos são folclóricos e passaram aos grupos infantis muito remotamente. Há uma cultura infantil, cujo suporte social consiste nos grupos infantis, em que as crianças adquirem, em interação, os diversos elementos do folclore infantil (FERNANDES, 1947, p. 35).

Adotado pela pesquisadora Lydia Hortélio, que desde a década 1960 realiza uma consistente pesquisa sobre o tema, o termo foi definido como:

As descobertas e o aprendizado que fazem os meninos do mundo entre eles, desde sempre, constituem o que podemos chamar a Cultura da Criança, ou seja, o acervo das experiências em plenitude e liberdade do Ser- Humano-Ainda-Novo. Este acervo forma um corpo de conhecimento – um conhecimento com o corpo que transmigra de geração em geração para além das fronteiras e das idades e chega até nós, tão simplesmente, através dos Brinquedos de Criança (Hortélio, 2002, p. 1)

De acordo com a classificação proposta pela pesquisadora Lydia Hortélio, o repertório é subdividido em três grandes grupos: brincadeiras cantadas, brincadeiras ritmadas e brincadeiras silentes. As brincadeiras cantadas são compostas por melodias que variam de uma única nota a escalas completas e apresentam as características musicais de cada localidade. As brincadeiras ritmadas não apresentam melodia e têm como elemento principal a palavra recitada. As brincadeiras silentes são feitas em silêncio e contemplam principalmente os jogos de competição. Estes três grandes grupos são subdividido em outros grupos menores, que classificam o repertório de acordo com a função, movimentação, formas de ocupação do espaço, ou objetos utilizados: acalantos, brincos, brincadeiras de roda, corda, bola, elástico, barbante, amarelinha, esconde-esconde, pega-pega, adivinhas, trava línguas, histórias, parlendas, fórmulas de escolha, jogos de tabuleiro, jogos gráficos, jogos com pedras, além de outras brincadeiras com movimentações específicas. Entre os objetos-brinquedo podemos citar: balanço, bambolê, bilboquê, boneca, brinquedos de puxar e empurrar, carrinho, cata-vento, corrupio, ioiô, marionetes, pião, pipa, panelinhas, entre outros. Este repertório é carregado de características culturais e transculturais de

cada localidade e muitas vezes. Faz menção à história, ao cotidiano, ao vocabulário, à música, às pessoas, aos costumes, e aos gestos moldados na linguagem de movimento de cada brincadeira.

Segundo a recomendação da Unesco de 1978, “bens culturais móveis” significam todos os objetos móveis que são a expressão e o testemunho da criação humana ou da evolução da natureza e que são de valor e interesse arqueológico, histórico, artístico, científico ou técnico”. A convenção de 2003 definiu “patrimônio imaterial” como:

As práticas, representações, expressões, conhecimentos, habilidades - bem como os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais associados - que comunidades, grupos e, em alguns casos, indivíduos reconhecem como parte de sua herança cultural. Esse patrimônio cultural imaterial, transmitido de geração para geração, é constantemente recriado por comunidades e grupos em resposta ao seu meio ambiente, sua interação com a natureza e sua história, proporcionando-lhes um senso de identidade e continuidade, promovendo o respeito à diversidade cultural e criatividade humana. (UNESCO, 2019)

Como patrimônio material da infância podemos classificar os objetos-brinquedos com suas características artísticas, processos de construção, mestre e saberes que giram em torno da produção, as publicações, muitas delas raras, os registros audiovisuais de pesquisas etnográficas, entre outros. Dentre os itens incluídos na lista do Patrimônio Material da Recomendação de 1978 da UNESCO, os itens a seguir podem se relacionar à cultura da infância, diante do que já foi produzido e continua sendo produzido na atualidade: material de interesse antropológico e etnológico; itens relacionados à história, incluindo a história da ciência e tecnologia e história militar e social, à vida dos povos e líderes nacionais, pensadores, cientistas e artistas e a eventos de importância nacional; itens de interesse artístico, tais como: pinturas e desenhos, produzidos inteiramente à mão sobre qualquer suporte e em qualquer material; obras de arte estatutuária e escultura em qualquer material; trabalhos de arte aplicada em materiais como vidro, cerâmica, metal, madeira, etc.; manuscritos e incunábulo, códices, livros, documentos ou publicações de especial interesse; arquivos, incluindo registros textuais, mapas e outros materiais cartográficos, fotografias, filmes cinematográficos, gravações sonoras e registros legíveis por máquina (UNESCO, 2019).

Entre os vários itens classificados pela Convenção da UNESCO de 2003 como Patrimônio Imaterial, as tradições e expressões orais e o artesanato contemplam o vastíssimo repertório musical da infância que nasce a partir do encontro entre música, poesia, palavra e movimento, e contempla também os brinquedos, que são construídos por artesão e cabem na categoria de artesanato.

Para ilustrar esta relação dos brinquedos e brincadeiras com a tradição popular e conseqüentemente com o patrimônio, citamos como exemplo a corrida de barquinhos da Vila de Conceição, vila de pescadores localizada na Ilha de Itaparica, Bahia, registrada nos últimos catorze anos pela pesquisadora e etnomusicóloga Lydia Hortélio. Corresponde a

uma corrida de miniaturas de barcos que acontece anualmente na vila. Nela as crianças reproduzem a corrida tradicionalmente feita pelos pais há algumas décadas. O processo de construção dos barcos e em seguida a participação na corrida é feita pelas crianças junto com os pais, que brincando lhes transmitem os saberes da construção naval e navegação. A corrida tem quatro grupos de participantes, divididos de acordo com a idade e os três primeiros colocados de cada grupo recebem uma medalha. As mães e mulheres também participam, produzindo a comida e a festa que acontece na entrega dos prêmios. A comunidade inteira participa e se envolve, promovendo um grande encontro entre bisavôs, avôs e pais, que um dia já participaram da corrida e hoje transmitem para os mais jovens.



Figuras 4, 5, 6 e 7 – Corrida de Barquinhos- Vila de Conceição, Ilha de Itaparica – BA, abril de 2017

Fonte: Acervo Lydia Hortêlio, Fotos: Lucilene Silva

Um segundo exemplo refere-se à música tradicional da infância cujo repertório tem absoluta relação com a cultura de cada localidade: o cancionero popular, religioso, de trabalho, as músicas das festas e folguedos. A canção de ninar *Nanás meu menino* foi registrada em 2005 em Pântano do Sul, Florianópolis – SC, ilha no Sul do Brasil que em 1739 recebeu um contingente de portugueses dos Açores, que vinham como parte de uma política de ocupação do Sul do Brasil. Uma versão desta mesma música, com variações na melodia e ritmo e semelhanças no texto, nos foi informada em 2011 como uma marcha de presépio, cantada nas festas do Solstício de Verão no município de Gameleira – PE. Outra versão foi recolhida em 1960, por Michel Giacometti, como uma canção de Natal de

Bragança, Portugal, o que sinaliza a sua origem portuguesa.

Nanás, meu menino

Procedência: Pântano do Sul, Florianópolis-SC

Informante: Ema Jocelina Martins, 1939

Local e data do registro: Pântano do Sul, Florianópolis-SC

Pesquisa e transcrição: Lucilene Silva

$\text{♩} = 58$

1. Na - nós, meu me - ni - no,
Na - nós meu a - mor,
A fa - ca que cor - ta
Dá gol - pe sem dor.

2. Menino que chora
Não dorme na cama,
Dorme lá no céu
Com a Senhora Santana.

3. Encontrei Nossa Senhora
Na beira do Rio,
Lavando os paninhos
Do seu bento filho.

4. Maria lavava
São José estendia,
E o menino chorava
Do frio que fazia.

5. Senhora Santana
E Senhor São José,
Fugiram com o menino
Lá pra Nazaré.

Fig. 8 – “Nanás, meu menino”, acalanto, Pântano do Sul, Florianópolis-SC, 2005.

Fonte: Acervo Lucilene Silva

Uma lavadeira

Procedência: Gameleira-PE

Informante: Imerson Bernardo da Silva, 1993

Local e data do registro: Carapicuíba-SP, 2011

Pesquisa e transcrição: Lucilene Silva

$\text{♩} = 100$

U - ma la - va - dei - ra,
Du - as bei - ja flor,
La - va - va rou - pa
De nos - so se - nhor.
Quan - to mais la - va - va,
San - gue es - cor - ri - a.
Ma - ri - a cho - ra - va
E de - pois sor - ri - a.

Fig. 9 – “Uma lavadeira”, canção de Natal, Gameleira – PE, 2011.

Fonte: Acervo Lucilene Silva

OH BENTO AIROSO**

Natal

M. Giacometti
Parodela Miranda do Douro, Bragança
1960
F. Lopes-Graça

The image shows a musical score for the song "Oh Bento Airoso". It consists of three staves of music in treble clef with a key signature of one sharp (F#) and a 3/8 time signature. The tempo is marked as 176. The lyrics are written below the notes. The first staff contains the first line of the song. The second and third staves contain the second and third lines, respectively. Below the third staff, there are two numbered sections: '2' and '3'. Section 2 contains the lyrics for the second part of the song, and section 3 contains the lyrics for the third part. The lyrics are: "Oh ben - to ai - ro - so, mis - té - rio di - vi - no, en - con - trei a Ma - ri - a ã be - ra do ri - o, (e) la - van - do os cu - ei - ros do ben - di - to Fi - lho, Maria lavava, São José estendia, o Menino chorava co frio que fazia. Calai, meu Menino, calai, meu amor, (e) que as vossas verdades me matam com dor."

Fig. 10 – “Oh Bento airoso”, canção de Natal, Bragança-Portugal, 1960.

Fonte: GIACOMETTI, 1981, p. 43.

A cultura da infância, da mesma forma que a cultura de maneira geral, transforma-se adaptando, resistindo ou acomodando-se às mudanças sociais, políticas e econômicas. Domínio cultural, intercâmbio cultural, interculturalismo e transculturalismo, ampliados pelas novas tecnologias são responsáveis por grandes mudanças que atingem também a infância e o seu repertório.

Nas últimas décadas a presença cada vez maior das crianças em quartos privados, ou em frente à televisão, tablets, equipamentos eletrônicos tem sinalizado um “notável aumento nas brincadeiras de zombaria, imitação, dança e palmas nos anos pós-televisão; a ênfase em rimas, enigmas, humor, contos e truques verbais; a diminuição no repertório de brincadeiras corporais; a vulgaridade e sexualidade mais explícitas e solitarização de crianças em suas brincadeiras (Sutton-Smith, 1999, p. 294) Um exemplo disto é a lengalenga “Uma velha muito velha” pertencente a uma brincadeira de corda registrada em 2008 no município de Carapicuíba, Grande São Paulo. Parte do texto de zombaria é acomodado na estrutura de quadra, com versos de sete sílabas, poesia maior da tradição oral brasileira, de influência portuguesa.

Uma velha, muito velha

Informante: Crianças da Comunidade da Aldeia de Carapicuíba

Procedência: Carapicuíba – SP

Local e data da gravação: Oca, 2008

♩ = 145

The musical score is presented in two columns and three rows. Each row represents a different part of the music: 'Vozes' (Voices), 'Corda' (String), and 'Pés' (Feet). The time signature is 2/4. The tempo is marked as ♩ = 145. The lyrics are written under the 'Vozes' staff. The first row of music contains the lyrics 'U - ma ve - lha, mui - to ve - lha,'. The second row contains 'Foi fa - zer o - pe - ra - ção.' and 'Ca - ta - pum, ca - ta - pum,'. The third row contains 'Den - tro da bar - ri - ga de - la' and 'Quem sa - iu foi tu'. The 'Corda' and 'Pés' staves show rhythmic notation with 'x' marks for accents and stems for notes.

Fig. 11 – “Uma velha muito velha”, brincadeira de corda, Carapicuíba – SP, 2008

Fonte: Acervo Lucilene Silva

A partir do que Jung chama de “intercâmbio cotidiano”, através das brincadeiras, as crianças reproduzem aspectos da sociedade e do mundo adulto e são também criadoras da sua própria cultura que é transmitida entre elas e se transforma ao longo dos tempos como qualquer fenômeno cultural, movida inclusive pela capacidade imaginativa e criativa da criança, constituindo assim num acervo, que como muitas outras manifestações culturais, representam aspectos culturais da sociedade.

4 | INICIATIVAS DE PRESERVAÇÃO E CULTIVO DA CULTURA TRADICIONAL DA INFÂNCIA NO BRASIL EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO

Segundo Rodney Harrison (2013), entre o final do século XX e o início do século XXI, a humanidade tem vivido uma supervalorização do patrimônio, o que se relaciona com o fenômeno da globalização e do transnacionalismo. “Vivemos uma obsessão moderna com a vulnerabilidade, olhando para o passado como um recurso ameaçado e precário”. O “culto da memória” tem relação com a globalização da tecnologia, as migrações em massa, as novas formas de capitalismo e a aceleração dos tempos. (Harrison, 2013, p. 4-10).

Depois de séculos de extrativismo e de exploração em nome do capital, a realidade em que o planeta se encontra tem mobilizado o repensar a forma de habitá-lo. Questões

climáticas e ambientais, crises econômicas, sociais e políticas e perda de identidade, conduzem a ações de preservação do pouco que ainda resta. A evolução das discussões em torno do tema nas convenções e recomendações da UNESCO nas últimas décadas tem mobilizado a salvaguarda de patrimônios em todo o mundo através das listas, que apesar de todos os questionamentos quanto à forma de seleção, têm muito valor e importância.

Também ligado à ONU, o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF é uma agência criada em 1946, depois da Segunda Guerra Mundial, com a finalidade de ajudar crianças da Europa, do Oriente Médio e da China que ficaram desamparadas. É regida pelos Direitos da Criança e trabalha para que esses direitos se convertam em princípios éticos permanentes e em códigos de conduta internacionais para as crianças. O artigo 31º da Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas apresenta o brincar como um direito:

Os Estados Partes reconhecem o direito da criança ao descanso e ao lazer, ao divertimento e às atividades recreativas próprias da idade, bem como à livre participação na vida cultural e artística.

Os Estados Partes devem respeitar e promover o direito da criança de participar plenamente da vida cultural e artística e devem estimular a oferta de oportunidades adequadas de atividades culturais, artísticas, recreativa e de lazer, em condições de igualdade. (UNICEF, 2019)

Sua sede está localizada em Nova Iorque, nos Estados Unidos e é a única organização mundial que se dedica especificamente às crianças. Trabalha diretamente com os governos dos países para criar programas de desenvolvimento nos setores da saúde, educação, nutrição, água e saneamento e também para defender e proteger as crianças vítimas de violência (UNICEF, 2019). No Brasil, a UNICEF está em atividade em todo o território nacional, no entanto tem como prioridade as regiões Norte e Nordeste, onde os índices sociais são mais baixos. Apoia projetos de várias instituições. Nas suas diversas campanhas e publicações ao longo de sua existência, o direito de brincar é um dos temas constantes, conforme imagens a seguir:



Fig. 12 e 13 – Agenda UNICEF 1972

Fonte: Acervo Lydia Hortélio



Fig. 14 e 15 – Agenda UNICEF 2000

Fonte: Acervo Lydia Hortélio

Uma segunda ação internacional em favor da infância e do direito de brincar é o “World Play Day”, instituído em 1999 na 8ª Conferência da International Toy Library Association

– ITLA, em Tóquio. A ITLA é uma organização internacional sem fins lucrativos, cujos membros são associações de Ludotecas de todo o mundo e organizações ou indivíduos que apoiam os objetivos relacionados ao direito de brincar. Foi criado com o objetivo de:

Disseminar o conceito de Ludotecas como um meio para trazer o brincar e os brinquedos para junto das pessoas; servir como um elo de ligação entre as organizações nacionais de ludotecas, oferecendo uma oportunidade de intercâmbio internacional de ideias e materiais; manter uma ligação com outras organizações e associações relacionadas com o desenvolvimento e as questões sociais, saúde, educação e lazer; promover o desenvolvimento, produção e criação de brinquedos e jogos que promovem o crescimento físico, psicológico, emocional, social e cultural, e divulgar informações sobre esses brinquedos e organizar eventos e conferências internacionais periódicas dedicadas a discutir vários aspectos do brincar, dos brinquedos e interações lúdicas. (ITLA, 2019)

O “Dia Mundial do Brincar” é celebrado em 40 países e a cada ano aborda uma temática diferente e mobiliza milhares de pessoas e instituições em favor da causa.

- 2015 – Brincar é divertido
- 2016 – Brincar para todas as idades
- 2017 – Brincar sustentável
- 2018 – Brincar livre
- 2019 – Brincar é um direito

No Brasil o “Dia Mundial do Brincar” foi ampliado como “Semana Mundial do Brincar” e é organizado pela Aliança pela Infância, um movimento internacional por uma infância digna e saudável, que tem realizado anualmente mais de 600 ações em aproximadamente 200 cidades espalhadas por 21 estados brasileiros (Aliança pela Infância, 2019)

Conforme afirma Kearney (2009), a partir de 2003, com a Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Folclore, assistimos à “desmaterialização do patrimônio”, com ênfase nos aspectos intangíveis, o que trouxe para a pauta as pessoas que o preservam, os direitos culturais, a identidade cultural e a ética, temas que disputam espaço com o capitalismo que enxerga o patrimônio como mais uma forma de exploração. Neste mesmo ano o Brasil elegeu como Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, que propôs a realização de uma gestão mais democrática e com a participação popular. A partir deste modelo a cultura ganhou o lugar de destaque, com grande valorização da cultura popular e do patrimônio intangível. Nesta perspectiva o Ministério da Cultura passou a trabalhar a partir de três conceitos fundamentais:

A noção antropológica de cultura, que criou novas oportunidades para essas formas de expressão, até então invisíveis nas políticas públicas; a cultura como cidadania, o que justifica a prioridade dada às políticas afirmativas das minorias; a ideia de economia de cultura, que promove um campo emergente relacionado não apenas à afirmação de identidades culturais, mas também à possibilidade de geração de renda. (Santos, 2012, p.3)

Desde então muitas foram as ações que incluíram objetivaram fortalecer, registrar, mapear, dar visibilidade e compartilhar o patrimônio intangível, o que inclui a cultura tradicional da infância:

2004 – Sob o conceito de gestão compartilhada, o Ministério da Cultura lançou o primeiro edital dos Pontos de Cultura, direcionado à adequação física de equipamentos culturais, valorizando inclusive os projetos relacionados às culturas populares.

2005 - A Emenda Constitucional Nº 48, incluiu na Constituição Federal o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do país que previu: a defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro, a produção, promoção e difusão de bens culturais, a formação de equipe qualificada para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões, a democratização do acesso aos bens de cultura, a valorização da diversidade étnica e regional.

2010 – Foi instituído Plano Nacional de Cultura – PNC 2010-2020, em conformidade com a Constituição Federal. O Plano Nacional de Cultura (PNC) é um conjunto de princípios, objetivos, diretrizes, estratégias, ações e metas que orientam o poder público na formulação de políticas culturais. Seu objetivo é orientar o desenvolvimento de programas, projetos e ações culturais que garantam a valorização, o reconhecimento, a promoção e a preservação da diversidade cultural existente no Brasil.

2012 – O Sistema Nacional de Cultura – SNC foi acrescido à Constituição Federal. É uma estrutura que integra, articula e organiza a gestão cultural do Brasil. Seu objetivo é formular e implementar políticas culturais sustentáveis, garantindo a participação da sociedade civil. Isto é, organizar a gestão pública de cultura em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, para o desenvolvimento de “políticas públicas de cultura;

2014 – Foi regulamentada a Lei nº 13.018, que instituiu a Política Nacional de Cultura Viva (Plano Nacional de Cultura, 2019)

O Plano Nacional de Cultura traçou metas que incluíram o patrimônio imaterial, tais como:

- Meta 3 - Cartografia da diversidade das expressões culturais realizada em todo o território brasileiro: produzir um mapa das expressões culturais e linguagens artísticas de todo o Brasil;
- Meta 4 - Política nacional de proteção e valorização dos conhecimentos e expressões das culturas populares e tradicionais implantada: ter leis que valorizem e protejam as culturas populares e tradicionais
- Meta 6 - 50% dos povos e comunidades tradicionais e grupos de culturas populares que estiverem cadastrados no sistema nacional de informações e indicadores culturais (SNIIC) atendidos por ações de promoção da diversidade cultural: garantir que um número maior de povos e comunidades tradicionais e grupos de culturas populares sejam atendidos por ações públicas de promoção da di-

versidade cultural;

- Meta 12 - 100% das escolas públicas de educação básica com a disciplina de arte no currículo escolar: regular com ênfase em cultura brasileira, linguagens artísticas e patrimônio cultural ter a disciplina de arte em todas as escolas públicas do ensino básico;
- Meta 45 - 450 grupos, comunidades ou coletivos beneficiados com ações de comunicação para a cultura: atender 450 grupos com ações de comunicação para a cultura;
- Meta 48 - Plataforma de governança colaborativa implementada como instrumento de participação social com 100 mil usuários cadastrados, observada a distribuição da população nas macrorregiões do país: ter uma plataforma na internet que permita o acompanhamento das políticas culturais por parte de, no mínimo, 100 mil usuários de diferentes regiões do país (Plano Nacional de Cultura, 2019)

A fim de cumprir com estas metas propostas pelo Plano Nacional de Cultura, foram implementados através de editais e prêmios muitas ações que valorizaram o patrimônio imaterial, o que inclui a Cultura da infância.

- Setecentas bolsas para mestres da cultura tradicional;
- Onze mil bolsas para jovens agentes de Cultura Viva;
- Implementação do programa Escola Viva que realizou ações de diálogo e integração entre escolas, mestres, comunidades e Pontos de Cultura;
- Projeto Interações Estéticas com residências artísticas;
- Oitenta Pontos de Mídia Livre, para sites independentes, comunicação popular, rádios e TVs comunitárias e mídia livre;
- Projetos de Cultura Digital, com desenvolvimento de software livre para edição de imagem e som;
- Estúdios multimídia e oitenta e duas oficinas de conhecimentos livres, realizadas em quilombos, pequenos municípios e comunidades;
- Premiação de trezentos Pontinhos de Cultura, que correspondem aos projetos relacionados à cultura da infância;
- Fortalecendo projetos de medicina popular e terapias alternativas;
- Oitenta Prêmios “Tuxaua” para articuladores em rede;
- Duzentos Pontões de Cultura, que atuaram como capacitadores, articuladores e difusores em rede;
- Programa Economia Viva para projetos de economia solidária em Pontos de Cultura, criando, inclusive, moedas comunitárias;
- Prêmio Asas, para Pontos de Cultura que concluíram os convênios de forma

exitosa;

- Encontros nacionais e estaduais dos Pontos de Cultura com forte componente simbólico e espaço para reflexão, organização e articulação (Turino, 2010).

Além das ações implementadas pelo poder público assistimos a muitas iniciativas de instituições privadas como a realização de filmes, festivais de cinema, portais, encontros de formação (acadêmicos e não acadêmicos), projetos e prêmios. O resultado de tantas ações nacionais e internacionais em favor da criança, do direito de brincar e de valorização do patrimônio cultural da infância é uma maior conscientização do valor e importância desta prática e repertório, o que tem gerado mudanças no comportamento social e busca de alternativas para a garantia do direito de brincar em meio ao mundo globalizado, mediado pelos meios de comunicação de massa e dirigido pelos equipamentos eletrônicos. Instituições e famílias fazem parte deste novo momento que caminha para um certo modismo, porém um modismo que até o momento traz benefícios para todos os envolvidos.

5 | CONCLUSÃO

A valorização do patrimônio intangível nas últimas décadas, o que inclui o patrimônio cultural da infância tem gerado alertas sobre o tema e sua relação com a qualidade de vida das crianças. Tais alertas têm mobilizado a ocupação de ruas, recuperação de praças e parques, reestruturação de espaços físicos de escolas públicas e privadas, inclusão do repertório de brinquedos e brincadeiras nas rotinas escolares, cursos de formação para educadores e pais, publicações, crescimento no número de pesquisas de campo e pesquisas acadêmicas, festivais de cinema, entre outros, o que comunga com o momento do mundo globalizado que tenta reverter o passado cuidando do presente.

REFERÊNCIAS

BLACKING, John. *Venda Children's Songs*. Chicago: University of Chicago, 1995.

CONSTITUIÇÃO *da República*. In Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2016. Disponível em < https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em 25 de maio de 2019.

CRIDER, Sylvia Ann. *Quem são os folcloristas da infância?* In *Children's Folklore*, pp. 11-17. Colorado: University of Colorado and Utah State University.

FERNANDES, Florestan. *As trocinhas do Bom Retiro*. São Paulo: Revista do Arquivo Municipal, 1947.

GIACOMETTI, Michel; LOPES-GRAÇA, Fernando. *Cancioneiro popular português*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1981.

HARRISON, Rodney. *Heritage Critical Approaches*. Abington: Routledge, 2013.

HORTÉLIO, Lydia. *Criança, natureza, cultura infantil*. Jornal Tema Livre. Bahia, julho 2002, ano V, n.53, Instituto Anísio Teixeira, SECBA/Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Bahia.

HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

INFÂNCIA, Aliança pela. In Portal Aliança pela Infância. São Paulo: Aliança pela Infância, 2019. Disponível em < <http://aliancapelainfancia.org.br/>>. Acesso em 05/07/2019.

IPHAN, *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. In Portal Iphan. Brasília: Iphan, 2019.

ITLA, International Toy Library Association. In ITLA. Bélgica: ITLA, 2019. Disponível em < <http://itla-toylibraries.org/home/>>. Acesso em 02 de julho de 2019.

JUNG, Karl; KERÉNYI, Karl. *A criança divina, uma introdução à essência da mitologia*. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

KEARNEY, Amanda. *Intangible Cultural Heritage: Global Awareness and Local Interest*”, In Smith, Laurajane and Natsuko Akagawa (eds.), *Intangible Heritage*, 209-226. New York: Routledge, 2009.

LIVRO *de Registros*. In Portal Iphan. Brasília: IPHAN. Disponível em < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/122>>. Acesso em 26 de maio de 2019.

MUSEUS, *Cadastro Nacional de* . In Portal do Instituto Brasileiro de Museus. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus. Disponível em < <http://www.museus.gov.br/sistemas/cadastro-nacional-de-museus/>>. Acesso em 24 de junho de 2019.

PLANO *Nacional de Cultura*. In Plano Nacional de Cultura. Brasília: Ministério da Cidadania/Secretaria Especial da Cultura, 2019. Disponível em <http://pnc.cultura.gov.br/>>. Acesso em 30 de maio de 2019.

PLATH, Oreste. *Origen y folclor de los juegos em Chile*. Santiago de Chile: Grijalbo, 1998.

PROGRAMA, *do Patrimônio Cultural Imaterial*. In IPHAN. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/761/>. Acesso em 27 de maio de 2019.

SANTOS, Paula Assunção dos and Muller, Elaine. 2012. “When ICH takes Hold of the Local Reality in Brazil: Notes from the Brazilian State of Pernambuco,” In Stefano, Michelle, Peter Davis and Gerard Corsane (eds.) *Safeguarding Intangible Cultural Heritage*, 213 – 222. Woodbridge: The Boydell Press.

SILVA, Lucilene. *Música tradicional da infância, características, diversidade e importância na educação musical*. Dissertação de Mestrado, 2016.

SISTEMA, *Nacional de Cultura*. In Portal do Sistema Nacional de Cultura. Brasília: SNC, 2019. Disponível em <http://portalsnc.cultura.gov.br/historico-2/>. Acesso em 30 de maio de 2019.

SUTTON-SMITH, Brian, and MCMAHON, Felicia R., 1999. *Children's Folklore*. Colorado: University of Colorado and Utah State.

TURINO, Célio. *Ponto de Cultura – o Brasil de baixo para cima*. São Paulo: Anita, 2010.

University.TURINO, Célio. *Ponto de Cultura, o Brasil de baixo para cima*. São Paulo: Anita, 2009.

UNESCO. In United Nations Educational, Cientific and Cultural Organization. Paris: UNESCO, 2019. Disponível em <https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/a-unesco/sobre-a-unesco/historia>. Acesso em 22 de maio de 2019.

UNICEF United Nations Childre's Fund. In UNICEF for every Child. New York: ONU, 2019. Disponível em <https://www.unicef.org/>. Acesso em 22 de mai 2019.

UNICEF, Brasil. In UNICEF para cada criança. Brasília: UNICEF, 2019. Disponível em < <https://www.unicef.org/brazil/sobre-o-unicef>>. Acesso em 26 de junho de 2019.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adaptável do curso 160, 165, 166, 168, 169

Alfabetização de crianças 10, 60, 61, 62, 72

Aprendizagem 12, 5, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 41, 43, 47, 50, 53, 55, 56, 58, 61, 63, 64, 65, 66, 71, 73, 74, 87, 90, 95, 100, 101, 104, 108, 109, 113, 115, 144, 145, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 181, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 192, 193, 194, 199, 207, 218, 222, 229, 230, 231, 232, 234, 235, 236, 240, 267, 268, 272, 276, 277, 280, 281, 282, 287, 288, 289, 303

Aulas práticas 32, 154, 155, 156, 158, 234, 237, 238

Avaliação de programas 119

Avaliação do desempenho docente 10, 38, 39, 40, 42, 43, 46

C

Computação Afetiva 160

Comunidade 39, 56, 58, 76, 77, 80, 82, 83, 84, 85, 104, 113, 131, 143, 144, 145, 146, 147, 207, 217, 248, 250, 278, 279

Cota Parte do ICMS 97

Criança 19, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 34, 37, 62, 63, 64, 66, 92, 100, 101, 108, 109, 121, 129, 134, 135, 140, 141, 142, 184, 185, 194, 196, 197, 214, 215, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 237, 238, 239, 240, 245, 301, 302, 303

Crianças 10, 13, 4, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 28, 37, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 100, 108, 121, 127, 128, 129, 131, 133, 134, 135, 140, 146, 147, 148, 181, 184, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 214, 215, 216, 218, 219, 221, 223, 224, 229, 230, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 242, 243, 244, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 254, 270, 301, 306

Cuidado 10, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 175, 215, 244, 245, 247, 248, 251

Cultura infantil 120, 121, 128, 129, 141

D

Desenvolvimento Profissional 10, 38, 39, 40, 42, 43, 47, 48, 173

Diversidade Cultural 123, 127, 130, 138, 150, 255, 259

E

EAD 12, 172, 173, 174, 177

Educação 2, 9, 10, 11, 12, 13, 1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 32, 36, 37, 38, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 61, 63, 64, 65, 67, 68,

70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 121, 125, 135, 137, 139, 141, 143, 145, 146, 148, 149, 150, 152, 153, 154, 159, 169, 170, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 194, 195, 196, 197, 199, 201, 202, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 228, 229, 230, 231, 232, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 251, 252, 253, 255, 258, 259, 260, 262, 263, 264, 272, 273, 274, 275, 276, 281, 282, 283, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 299, 300, 301, 302, 303, 305, 306, 307, 308

Educação assistida por animais 12, 181, 185, 188, 189, 190, 197, 199

Educação de jovens e adultos 53

Educação Empreendedora 272, 273

Educação Transformadora 154

Ensino Básico 26, 139, 155, 275

Ensino de ciências 10, 26, 27, 28, 32, 34, 37, 154, 155, 156, 157, 159

Ensino Médio 13, 14, 205, 217, 255, 256, 257, 259, 260, 262, 270, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 299

Escola 11, 12, 13, 14, 4, 5, 7, 8, 11, 12, 13, 16, 18, 22, 23, 32, 33, 34, 35, 37, 39, 43, 52, 55, 58, 61, 68, 69, 70, 72, 73, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 90, 101, 103, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 139, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 157, 170, 174, 175, 177, 183, 184, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 196, 197, 199, 201, 205, 212, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 229, 230, 234, 235, 239, 246, 251, 253, 255, 258, 259, 260, 261, 266, 270, 271, 272, 276, 284, 285, 286, 289, 290, 291, 292, 295, 296, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306

Escola “sem” partido 306

Escrita 13, 7, 51, 63, 67, 74, 88, 89, 99, 118, 231, 240, 264, 265, 267, 270, 271

Espaço/Ambiente 242, 245, 248, 250, 251

Ética 10, 8, 12, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 54, 55, 116, 137, 149, 152, 262, 268, 277, 280, 281, 292

Extensão 12, 97, 172, 173, 174, 179, 180, 189, 199, 234, 261, 308

F

Fascículo 255, 256, 257, 260

Federalismo fiscal 91, 106, 108

Formação de professores 10, 14, 38, 39, 40, 50, 113, 117, 159, 177, 252, 308

Formação Discente 284, 290

Formação do educador 50, 51

G

Gêneros 13, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271

Gestão Democrática 76, 77, 78, 80, 82, 85, 86, 90, 145, 151, 152

Globalização 11, 52, 120, 122, 127, 134, 258

Google Acadêmico 26, 27, 29, 30

I

Identidade negra 13, 242, 244, 247, 248, 251, 252

Inovação Pedagógica 13, 272, 277, 279

Interação 26, 27, 28, 34, 43, 56, 57, 129, 130, 144, 147, 150, 151, 152, 156, 157, 159, 173, 178, 181, 183, 184, 185, 186, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 231, 232, 239, 245, 246, 251, 265, 270, 279

Interatividade 143, 149, 150

Interculturalidade 1, 6, 7, 10, 15

L

Learning by doing 272, 273, 281, 282

Leitura 9, 10, 13, 9, 18, 30, 37, 50, 53, 63, 67, 83, 86, 89, 99, 146, 177, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 195, 197, 199, 203, 231, 240, 242, 243, 264, 265, 270, 271

Letramentos 63, 264, 265, 266, 267, 271

Lúdico 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 229, 233, 235

M

Mapas de conhecimentos estruturados 160

Meta-avaliação 110, 111, 112, 116, 117, 118, 119

META-AVALIAÇÃO 11, 110, 116

Modelagem matemática 12, 201, 202, 205, 211, 212, 213

Música tradicional da infância 120, 121, 131, 141

O

Observação as aulas 38, 40, 41, 42, 44, 45, 47

P

Patrimônio Imaterial 120, 124, 130, 138, 139, 262

Patrimônio Material 11, 120, 121, 125, 126, 127, 130

Paulo Freire 10, 51, 58, 87, 88, 89, 90, 177

Pedagogia Decolonial 1

Planejamento Educacional 76, 78

Políticas Educacionais 14, 1, 79, 105, 106, 143, 144, 151, 259, 284, 285, 286, 288, 289, 290, 292, 293, 294

Positivismo 51

Práxis 9, 49, 77, 113, 143, 148, 149, 152

Professor 7, 12, 13, 21, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 79, 82, 83, 89, 114, 115, 144, 147, 149, 150, 151, 155, 156, 157, 159, 160, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 175, 176, 179, 194, 195, 204, 209, 214, 215, 216, 222, 224, 230, 235, 270, 276, 278, 291, 296, 299, 301, 304, 308

Professores 9, 10, 13, 1, 9, 14, 23, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 60, 65, 68, 69, 70, 71, 72, 80, 83, 84, 101, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 143, 146, 148, 149, 151, 153, 155, 156, 159, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 193, 194, 201, 204, 206, 207, 208, 209, 210, 217, 221, 234, 239, 246, 251, 252, 255, 256, 257, 260, 261, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 274, 279, 282, 291, 296, 299, 308

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação À Docência 11, 110

Projeto político pedagógico 11, 76, 77, 82, 83, 85, 86

Psicomotricidade 13, 214, 215, 216, 218, 219, 220, 222, 224, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 238, 239, 240

Q

Quociente Eleitoral 201, 206, 208, 209, 210

R

Regime de colaboração 91, 92, 100, 101, 105, 106, 107, 125, 138

Relações Étnico-Raciais 242, 243, 244, 246, 253

S

Saberes Docentes 12, 60, 67, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 179, 180

Saberes não matemáticos 201, 203, 206, 210

Sentimentos 16, 18, 22, 24, 48, 84, 113, 190, 192


Sequenciamento 160, 162, 168

Séries Iniciais Do Ensino Fundamental 214, 216, 218


Sistemas Tutores Inteligentes 160, 161, 170


T

TDICS 67

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 facebook.com/atenaeditora.com.br

A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

DOS APORTES NORMATIVOS
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 facebook.com/atenaeditora.com.br

A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

DOS APORTES NORMATIVOS
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS